

**1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SETORIAL DE**  
**2 PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA, REALIZADA NO DIA OITO DE JUNHO DE**  
**3 2017, ÀS NOVE HORAS, NO ANFITEATRO DAS PRÓ-REITORIAS DA**  
**4 UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA.**

5 Aos oito dias do mês de junho de dois mil e dezessete, às nove horas, no Anfiteatro das  
6 Pró-Reitorias da Universidade Federal de Juiz Fora, reuniu-se o Conselho Setorial de  
7 Pós-Graduação e Pesquisa (CSPP), regimentalmente convocado, sob a Presidência da  
8 Senhora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Ribeiro de Oliveira, Pró-Reitora de Pós-Graduação e  
9 Pesquisa, e do Senhor Prof. Dr. Luís Paulo da Silva Barra, Pró-Reitor Adjunto de Pós-  
10 Graduação e Pesquisa, contando ainda com a presença dos seguintes Conselheiros:  
11 Prof.<sup>a</sup> Vera Maria Peters, Diretora do Centro de Biologia da Reprodução; Prof. Fernando  
12 Antônio Basile Colugnati, Coordenador do Programa de Pós-graduação em Saúde; Prof.  
13 Luís Fernando Crocco Afonso, Coordenador do Mestrado Profissional em Rede em  
14 Matemática; Prof. Luiz Fernando Matos Rocha, Coordenador do Programa de Pós-  
15 graduação em Linguística; Prof. Danilo de Oliveira Sampaio, Coordenador do Programa  
16 de Pós-graduação em Administração; Prof. Sidiney de Andrade Leonel, Vice-  
17 Coordenador do Programa de Pós-graduação em Física; Prof. Francisco Ricardo dos  
18 Reis Justi, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia; Prof.<sup>a</sup> Maria  
19 Claudia Bonadio, Representante do Comitê Assessor ao CSPP, Área Linguística, Letras  
20 e Artes; Prof. Antônio Márcio Resende do Carmo, Coordenador do Programa de Pós-  
21 graduação em Clínica Odontológica; Prof.<sup>a</sup> Flávia Cavalieri Machado, Coordenadora do  
22 Programa de Pós-graduação em Química; Prof.<sup>a</sup> Nádia Silvia Somavilla, representando  
23 o Comitê Assessor ao CSPP, Área Ciências Biológicas; Prof.<sup>a</sup> Cláudia Mônica dos  
24 Santos, Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social; Prof. Luiz  
25 Antônio Sodrê Costa, Representante do Comitê Assessor ao CSPP, Área Ciências  
26 Exatas; Prof. Cláudio Galuppo Diniz, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em  
27 Ciências Biológicas (Imunologia e Doenças Infecto-Parasitárias/Genética e  
28 Biotecnologia); Prof. Fabrício Alvim Carvalho, Coordenador do Programa de Pós-  
29 graduação em Ecologia; Prof.<sup>a</sup> Priscila de Faria Pinto, Coordenadora do Programa de  
30 Pós-graduação em Ciências Farmacêuticas; Prof. Roberto Marques Neto, Coordenador  
31 do Programa de Pós-graduação em Geografia; Prof.<sup>a</sup> Carla Malaguti, Coordenadora do  
32 Programa de Pós-graduação em Ciências da Reabilitação e Desempenho Físico-  
33 Funcional; Prof. Thiago César Nascimento, Representante do Comitê Assessor ao  
34 CSPP, Área Ciências da Saúde; Prof.<sup>a</sup> Heloísa Pinna Bernardo, Coordenadora do  
35 Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede; Prof.<sup>a</sup> Eliane Medeiros

36 Borges, Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da  
37 Educação Pública; Prof.<sup>a</sup> Iuska Maria da Silva Coutinho, Representante do Comitê  
38 Assessor, Área Ciências Sociais Aplicadas; Prof. Paulo Henrique Dias Menezes,  
39 Coordenador do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física; Prof. Marco  
40 Antônio Escher, Coordenador do Mestrado Profissional em Educação Matemática; Prof.  
41 Denis Franco Silva, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito e  
42 Inovação; Prof. Ricardo da Silva Freguglia, Coordenador do Programa de Pós-  
43 graduação em Economia Aplicada; Prof.<sup>a</sup> Cristina Arreguy-Sena, Coordenadora do  
44 Programa de Pós-Graduação em Enfermagem; Prof. Grigori Chapiro, Coordenador do  
45 Programa de Pós-graduação em Matemática; Prof. José Alberto Barroso Castanon,  
46 representando o Comitê Assessor ao CSPP, Área Engenharias e Ciências da  
47 Computação; Prof. Fernando Perlatto Bom Jardim, Representante do Comitê Assessor  
48 ao CSPP, Área Ciências Humanas; Prof. Alfredo Chaoubah, Coordenador do Programa  
49 de Pós-Graduação em Saúde Coletiva; Prof.<sup>a</sup> Claudia Viscardi, Coordenadora do  
50 Programa de Pós-graduação em História; Prof. Jimmy Sudário Cabral, Coordenador do  
51 Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião; Prof. Klaus Chaves Alberto,  
52 Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído; Prof. Alexandre  
53 Abrahão Cury, Coordenador do Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil; Prof.  
54 Alexandre Graça Faria, Coordenador do Programa de Pós-graduação em Letras (Estudos  
55 Literários); Prof. Luís Alberto Rocha Melo, Coordenador do Programa de Pós-  
56 graduação em Artes, Cultura e Linguagens; Prof.<sup>a</sup> Rogéria Campos de Almeida Dutra,  
57 Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais; Prof. Pablo  
58 Zimmermann Coura, Coordenador do Programa de Pós-graduação em Física. Após  
59 cumprimentar os conselheiros e agradecer a todos pela presença, a Presidente passou à  
60 pauta do dia. **I – Aprovação da ata da reunião do CSPP realizada no dia dez de**  
61 **maio de 2017:** Em primeiro lugar, a Presidente expôs aos presentes que, por motivo de  
62 força maior, a ata do mês de abril não poderia ainda ser apreciada devido ao fato do  
63 anterior secretário, então responsável por sua redação, não ter podido finalizá-la em  
64 tempo hábil. Passou-se, então, à apreciação da ata da reunião do dia dez de maio,  
65 momento em que foi perguntado aos presentes sobre quaisquer pedidos de  
66 esclarecimentos ou inclusão de itens, tendo sido aprovada pela plenária, com apenas três  
67 abstenções. Ainda nesse primeiro momento, citou os conselheiros que até o início da  
68 reunião haviam enviado justificativas para suas ausências, a saber: prof. Danilo de  
69 Oliveira Sampaio, Coordenador do Programa de Pós-graduação em Administração,  
70 justificando sua ausência na reunião do dia dez de maio de 2017; Astrid Sarmento,

71 representante discente; prof.<sup>a</sup> Estela Marcia Saraiva Campo, Coordenadora Mestrado  
72 Profissional em Saúde da Família; prof. Roberto Júnio Pedrosa Dias, Representante do  
73 Comitê Assessor ao CSPP, Área Ciências Biológicas; prof.<sup>a</sup> Gabriela Borges Martins  
74 Caravela, Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Comunicação. **II –**  
75 **Comunicações:** Dando prosseguimento à reunião, a Presidente informou aos  
76 conselheiros que uma proposta para adequação do quantitativo de representantes  
77 técnico-administrativos e de discentes à Lei de Diretrizes e Bases da Educação está  
78 sendo preparada e, em breve, será apresentada à plenária. Asseverou-se que essa  
79 adequação tem grande repercussão no quórum do presente Conselho, e, portanto,  
80 devendo ser cuidadosamente revisado e reservado para reunião posterior. Outro informe  
81 proferido foi em relação à introdução da discussão sobre cotas na pós-graduação,  
82 discussão iniciada em maio por meio da conferência de um especialista na área,  
83 momento também em que foi composta uma comissão para discussão do tema em nossa  
84 instituição e possível elaboração de uma resolução normatizando a questão no âmbito  
85 institucional, refletindo, inclusive, sobre a introdução de cotas para cursos de  
86 especialização à distancia, questão levada à Presidente pelo Centro de Ensino à  
87 Distância da UFJF (CEAD). A Presidente esclareceu que as cotas seriam destinadas a  
88 negros, pardos, índios e pessoas com deficiência, e que a Pró-reitoria de Pesquisa da  
89 UFMG, instituição que já adotou esse instrumento, assim como a UNICAMP, mostrou-  
90 se disponível para nos auxiliar nesse momento de discussão. A comissão possui os  
91 seguintes integrantes: prof.<sup>a</sup> Elizete Maria Menegat, do Departamento de Fundamentos  
92 do Serviço Social, como representante do Fórum de Pós-graduação; a prof.<sup>a</sup> Sônia  
93 Lages, do Departamento de Ciências da Religião, como representante da PROPP; o prof.  
94 Julvan Moreira de Oliveira, do Departamento de Educação e da Diretoria de Ações  
95 Afirmativas; e o discente Victor Cezar Rodrigues, como representante da Associação  
96 Nacional de Pós-graduandos, além de uma representação do CEAD. Por fim, informou  
97 aos presentes que, das dez APCNs esperadas, nove foram, de fato, submetidas à Pró-  
98 reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, restando apenas o PPG em Comunicação que  
99 achou por bem não inscrever sua proposta de criação de doutorado no momento. Assim,  
100 as propostas já estão passando pelos trâmites necessários para que, provavelmente na  
101 reunião de agosto, sejam apreciadas e homologadas por esta plenária. **III – Ordem do**  
102 **Dia: 1. Reoferecimento do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* denominado**  
103 **“Especialização em Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação**  
104 **Básica”:** Em primeiro lugar, a Presidente propôs à plenária a inclusão de um item  
105 relativo à proposta de reoferecimento do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*

106 “Especialização em Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação Básica”,  
107 proposição à qual se opôs. Assim, após a leitura do parecer feita pela prof.<sup>a</sup> Eliane  
108 Borges, a Presidente perguntou aos presentes sobre quaisquer pedidos de esclarecimento  
109 para, então, votar a aprovação da matéria. O item foi aprovado, havendo apenas uma  
110 abstenção. **2. Informe Sobre as Homologações de Defesas de Mestrado e Doutorado:**  
111 A Presidente comunicou aos conselheiros o registro das defesas de mestrado e de  
112 doutorado realizadas desde a reunião do dia dez de maio de 2017, destacando o caráter  
113 formal e informativo deste item. Ainda avisou aos conselheiros, especialmente aqueles  
114 que são coordenadores de PPGs, que haverá mudanças no atual sistema de  
115 homologações das defesas, com o objetivo de exercer um melhor controle sobre os  
116 prazos de entrada e saída dos programas, além de pedidos de prorrogações de defesas;  
117 em breve, todos receberiam informações mais detalhadas sobre as citadas mudanças.  
118 Houve também a intervenção da prof.<sup>a</sup> Flávia Cavalieri Machado, que detectou a  
119 presença, na lista das homologações, de uma defesa de pós-doutorado registrada como  
120 doutorado, asseverando a importância de separar claramente mestrado, doutorado e pós-  
121 doutorado. **3. Apreciação da Resolução de Iniciação Científica (anexo):** Após os  
122 informes, iniciou-se a apreciação da Resolução de Iniciação Científica quanto aos itens  
123 ainda não debatidos e sua posterior votação, resolução que foi aprovada por  
124 unanimidade. Dentre as questões discutidas até o momento da aprovação final, dois  
125 principais pontos devem ser destacados: o capítulo IX da Resolução, que versa sobre a  
126 possibilidade de substituição do orientador, e a redação do artigo 14, sobre os requisitos  
127 do docente para atuar como orientador. Em relação ao primeiro ponto, algumas falas  
128 devem ser destacadas, a saber: o prof. Francis dos Reis Justi que o professor que  
129 substituisse o orientador fosse da equipe do projeto de pesquisa que havia sido  
130 submetido anteriormente ao edital de bolsas, exigência que, no entanto, como lembrou a  
131 prof.<sup>a</sup> Iluska Coutinho, acaba restringindo a ação do orientador quando de sua saída; o  
132 prof. Cláudio Galuppo alertou para a necessidade de deixar o texto com o menor  
133 número de amarras possível quanto a essa questão, lembrando também que o benefício é  
134 muito maior para o aluno, este que não perderá o restante de sua bolsa, do que para o  
135 novo orientador; por outro lado, o prof. Denis Franco enfatizou que o projeto está, de  
136 fato, ligado ao orientador e que a orientação deveria ser intransferível, não havendo  
137 sentido em continuar a pesquisa sem o mesmo. Enfim, decidiu-se pela manutenção do  
138 texto como apresentado pela Presidente, os casos omissos sendo analisados pela PROPP  
139 e seus Comitês Assessores. Sobre o segundo ponto, a redação do artigo 14, sua  
140 necessidade veio da adequação das categorias de docentes que poderiam orientar, como

141 o professor aposentado que atua como convidado e que passará a ser denominado  
142 professor voluntário por conta de recente decreto federal, decreto este que ainda  
143 necessita de regulação interna. A discussão girou em torno da necessidade do acréscimo  
144 das várias categorias possíveis (colaborador, visitante e voluntário), sua determinação  
145 pela negativa, excetuando a atuação de apenas uma categoria (a de professor substituto),  
146 ou até mesmo a manutenção da primeira versão do texto, não havendo a necessidade de  
147 proibir a atuação de substitutos, pois estes podem apenas ministrar aulas. Após um  
148 empate entre duas proposições, resolvido pela Presidente, que optou pelo texto que nega  
149 a possibilidade a uma categoria, a Resolução de Iniciação Científica foi aprovada por  
150 unanimidade. **4. Curso de Cardiologia – Resposta da Procuradoria-Geral Federal –**  
151 **Cumprimento de uma tutela relativa ao Curso de Especialização em Cardiologia:**  
152 A Presidente, inicialmente, explicou em detalhes o teor da questão, esclarecendo que a  
153 necessidade na reunião era de regularizar uma resolução aprovada *ad referendum* para  
154 atender a questão relativa à ação movida por aluna que exigia seu diploma do curso de  
155 especialização em Cardiologia, este, até o momento, irregular na instituição. Havendo  
156 chegado uma tutela da AGU exigindo a emissão do certificado, foi expedida a citada  
157 resolução para que o CDARA emitisse o diploma no prazo estabelecido. A Presidente  
158 esclareceu que, no período de participação da aluna em questão, o curso foi  
159 regularizado, existindo, no entanto, um passivo referente a um período que está,  
160 inclusive, sendo investigado por uma comissão instituída pela Reitora, esta que aplicará  
161 as medidas punitivas cabíveis. O Pró-reitor Adjunto acrescentou que, no momento, o  
162 curso não está mais em vigor, mas que havia um processo de regularização em curso  
163 que não havia chegado ao fim, este recentemente foi concluído. Após solucionar  
164 algumas dúvidas levantadas, a resolução foi referendada pela plenária, havendo quatro  
165 abstenções. **5. Exposição da política da PROPP para Professor Visitante e Professor**  
166 **Substituto para capacitação de pós-doutorado:** Passou-se, então, à exposição da  
167 primeira versão do texto da resolução, mas esta não seria colocada em votação por haver  
168 ainda algumas pendências a serem resolvidas. A Presidente relatou a motivação da  
169 resolução e a necessidade de se ocupar as vagas destinadas a esse programa, iniciativa  
170 que faz parte de certa política institucional para o incentivo à capacitação dos  
171 professores atuantes em PPGs, atraindo outros professores a atuarem também, visto que  
172 as vagas são exclusivamente destinadas à pós-graduação e laboratórios multiusuário.  
173 Alguns entraves, no entanto, podem dificultar inicialmente a vinda de estrangeiros, por  
174 exemplo, pois necessitam de seus diplomas reconhecidos nacionalmente, e é possível  
175 que boa parte das vagas para professor visitante seja ocupada por professores

176 aposentados. A Presidente lembrou a todos de que não se trata de bolsa, mas sim de  
177 carreira no magistério superior, e o Pró-reitor Adjunto asseverou que a ideia é facilitar a  
178 saída de docentes para capacitação, ainda que a questão seja autorizada, de fato, pelo  
179 departamento, ponto também destacado pelo funcionário Ivan Bilheiro. Foram feitos  
180 alguns questionamentos em relação aos quesitos a serem privilegiados quando da saída  
181 do docente e também em relação à exigência que será adotada para a seleção dos  
182 professores visitantes. Tanto a Presidente quanto o Pró-reitor Adjunto alertaram para a  
183 importância de tornar multiusuários os laboratórios da instituição, relatando, inclusive, o  
184 fato de haver uma série de equipamentos financiados pela FINEP que há não muito  
185 tempo estavam encaixotados. Por fim, a Presidente afirmou que agregaria a contribuição  
186 da reunião ao texto, este a ser aprovado ainda, e resolveria algumas pendências junto à  
187 PROGEPE, sobretudo, em relação ao salário que poderá ser pago. **6. Resposta da UFJF**  
188 **à denúncia do Ministério Público relativa ao processo seletivo do Programa de Pós-**  
189 **graduação em Ambiente Construído:** A essa altura, a Presidente, a título de  
190 informação e também de alerta, apresentou o caso ocorrido no PPG em Ambiente  
191 Construído referente a uma denúncia juntou ao Ministério Público contra o resultado do  
192 processo seletivo do programa em questão; em resposta à denúncia, foi enviada  
193 documentação relativa a todos os participantes do processo, em todas as suas fases, a  
194 fim de que não restasse dúvida sobre a adequação da seleção. A Presidente reforçou que  
195 qualquer programa poderia, em algum momento, ser chamado a prestar contas de seus  
196 processos seletivos, e aconselhou que tomassem cuidado com os regimentos,  
197 verificando se as avaliações estão sendo cumpridas, se os critérios estão claros ou os  
198 recursos devidamente registrados, podendo, inclusive, enviar o edital à assessoria  
199 acadêmica da PROPP como uma forma de resguardar o próprio programa. **IV –**  
200 **Assuntos Gerais:** Por fim, a Presidente decidiu deixar o último ponto da pauta, a  
201 solicitação de defesa fora do prazo do Programa de Pós-graduação em Artes, Cultura e  
202 Linguagens, para a próxima reunião. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente deu  
203 por encerrada a reunião. Para constar, foi lavrada a presente ata que transcrevo, dato e  
204 assino.

205 Juiz de Fora, 29 de junho de 2017.

206

207 Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Ribeiro de Oliveira

208 Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa / Presidente do CSPP

209

210

Thalles do Nascimento Castro

211

Secretário do CSPP

212

Aprovada na reunião do dia \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.